

QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: limites e possibilidades na formação inicial na universidade e na atuação nos espaços escolares (1996 - 2018).

GABRIEL RODRIGUES SERRANO

ROSANE MICHELLI DE CASTRO

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior,

CAPES, Brasil.

rodrigues.serrano@unesp.br

RESUMO

Trata o presente de projeto de pesquisa de DOUTORADO, a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Câmpus de Marília, que tem como objetivo central identificar, analisar e interpretar aspectos da formação inicial de professores nas universidades e de sua atuação nos espaços escolares, em busca dos limites e possibilidades para a promoção de uma educação, para as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil de 1996 a 2018. Para a elaboração deste projeto, pautamo-nos num quadro teórico constituído pelas formulações de Freire (2015), Stoller (1993) e Pinto (2015). O questionamento motivador da pesquisa surgiu a partir das preocupações de Freire (2015), quanto às questões do acolhimento à diversidade na escola. Tal pesquisa é, portanto, documental e bibliográfica quanto às fontes. Isso porque espera-se reunir e identificar aspectos para as questões de gênero na Educação Infantil na formação inicial de professores nas universidades, e igualmente na atuação de professores nos espaços escolares centrados nos planejamentos das atividades e também, por meio de entrevistas semiestruturadas, dessa forma, será reunido documento produzido a partir das entrevistas realizadas com os/as professores/as nos espaços escolares. Nesse sentido, os documentos da universidade e dos espaços escolares centrados nos planejamentos das atividades serão reunidos em busca do alcance dos objetivos, à luz da bibliografia especializada. Ainda trata-se de pesquisa histórica, quanto à abordagem, pois espera-se buscar articulação entre as dimensões formação de professores, atuação de professores, Educação Infantil e questões de identidade de gênero no período/espaço histórico da educação brasileira de 1996 a 2018. Porém, numa primeira etapa da pesquisa, será feita coleta de dados sobre as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil, serão identificados, reunidos e analisados documentos legais que prescrevem e regulam tais questões por autores que discutem as relações de gênero. A esse primeiro momento exploratório, precederão os estudos bibliográficos, os quais nortearão os trabalhos de análise e interpretação dos dados. Tais estudos bibliográficos serão realizados em concomitância ao trabalho de coleta de dados e informações sobre a temática entre os sujeitos, alunos e professores do curso de Pedagogia da Unesp de Marília - SP e de uma escola pública municipal de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Formação de Professores e Professoras.

1) INTRODUÇÃO

Neste projeto (ainda pré-projeto) de pesquisa materializo preocupações de pesquisa resultantes de reflexões decorrentes da ampliação do meu olhar de educador sobre a

necessidade de recuperação e apropriação por parte do (a) professor (a) da Educação Infantil e demais profissionais atuantes nessas escolas sobre a atuação dos professores e professoras para as questões de gênero na Educação Infantil, assim como, a formação docente de pedagogos na Educação Infantil e os direitos fundamentais das crianças. A escolha do tema, ainda que suscite divergências ao ser abordado, é basal para o desenvolvimento das potencialidades aprisionadas nas opressões vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ dentro das escolas de Educação Infantil. É importante a reflexão desse tema, com ênfase no tratamento equitativo para com todas as crianças.

Justificativa

Antes mesmo de ingressar no meio acadêmico, foi possível ter acesso às questões de gênero e de sexualidade, por meio de situações familiares e de projetos culturais, aos quais fui impulsionado pela minha própria constituição familiar.

Após ingressar no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/UNESP-Marília, em 2016, havia, de minha parte, a definição sobre qual seria meu objeto de investigação em pesquisa de iniciação científica e em futuro percurso acadêmico.

Durante o curso encontrei-me com as obras de Paulo Freire, centralmente, “Carta de Paulo Freire aos professores”, capítulo que compõe o livro *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar* (2015). Esse livro norteou a minha iniciação à pesquisa e passei a realizar leituras desse filósofo e pedagogo. Entendo que minhas motivações dialogavam com as suas ideias, sobretudo quando esse educador afirmou que é importante compreender o sentido da luta dos oprimidos, para a conscientização. Segundo Freire (2014, p. 41):

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restaurados da humanidade em ambos.

O ideal de luta mencionada por Freire (2014) possui sua atualidade quando percebemos as conquistas dos movimentos sociais constituídos pelo que a sociedade intitula “minorias”, as quais buscam igualdade de respeito em todos os processos, sobretudo nos escolares, desde a mais tenra idade, quando é necessário que as crianças sejam feitas ofertas culturais em espaços que as façam se efetivarem, como na literatura infantil e nos espaços físicos das escolas de Educação Infantil.

Com base em Santos e Costa (2021), a temática que articula as questões de gênero no trabalho e formação docente, representaram mais de 50% dos trabalhos apresentados em

fóruns de discussões sobre temáticas educacionais, como as do GT 23 da Anped. Segundo Santos e Costa (2021, p. 6),

[...] são pesquisas que discutiram a feminização do magistério, a história de vida de professores que exerceram cargos de diretor e supervisor, o processo de formação de pedagogas no curso normal e na universidade, a apropriação por docentes de ferramentas tecnológicas de acordo com o gênero e a formação continuada com enfoque na diversidade sexual, dentre outros subtemas.

No entanto, pouco ou nada é mencionado sobre a formação de professores e professoras na universidade para a atuação em espaços escolares da Educação Infantil. A propósito, a partir de 1996 com a LDB,

[...] com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 (LDB), a educação sexual passou a ser inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um tema transversal. É a primeira vez na história do país em que a educação sexual ganha espaço nos currículos oficiais da educação básica (PALMA et al., 2015, apud COSTA; FROLLINI, 2021, p. 8).

A partir de então a educação sexual tem tido a sua temática alargada e inserida em documentos oficiais posteriores de maneira a prescrever a garantia à identidade das crianças desde os anos iniciais da educação básica, o que se materializou, ainda que discursivamente na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), versão de 2018. Daí o recorte espaço/temporal da pesquisa, na educação brasileira de 1996 a 2018.

Apresentação do tema e do problema

Considerando os apontamentos acima, surgiu o seguinte questionamento: tanto na formação inicial nas universidades, centralmente nos cursos de Pedagogia, quanto na atuação de professores da Educação Infantil nos espaços escolares, qual a importância atribuída às discussões sobre gênero, frente às prioridades educacionais culturalmente postas a essa etapa de escolarização?

Hipótese

Portanto, a hipótese que se tem é que nesses dois âmbitos, tanto da formação quanto da atuação de professores da Educação Infantil as discussões sobre gênero ainda não são apropriadas e aprofundadas frente às prioridades educacionais culturalmente postas a essa etapa de escolarização.

2) METODOLOGIA

Tal pesquisa é, portanto, documental e bibliográfica quanto às fontes. Isso porque espera-se reunir e identificar aspectos para as questões de gênero na Educação Infantil na formação inicial de professores nas universidades, e igualmente na atuação de professores nos espaços escolares. Nesse sentido, os documentos da universidade e dos espaços escolares centrados nos planejamentos das atividades serão reunidos em busca do alcance dos objetivos, à luz da bibliografia especializada. A pesquisa está delimitada para ser desenvolvida no curso de formação de professores, Pedagogia da Unesp de Marília - SP e uma escola de Educação Infantil pública municipal.

Numa primeira etapa da pesquisa, será feita coleta de dados sobre as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil, serão identificados, reunidos e analisados documentos legais que prescrevem e regulam tais questões por autores que discutem as relações de gênero.

A esse primeiro momento exploratório, precederão os estudos bibliográficos, em busca do alcance dos objetivos específicos mencionados.

Ainda, serão coletadas entrevistas semiestruturadas de professores em formação inicial e atuantes nas escolas de Educação Infantil sobre a temática de gênero nessa etapa de escolarização, ressaltando elementos postos no currículo oficial prescrito e nas propostas e projetos políticos pedagógicos da universidade e das escolas públicas. Nesse sentido também serão recuperados documentos em que se encontram materializados tais elementos.

Para a constituição do *corpus* da investigação, serão realizados procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e ordenação de referências, dos estudos e pesquisas sobre a temática, junto a bases de dados, dentre as quais: *Scielo*.

Para isso, será consultado, a princípio, um banco de teses e três bases de dados de bibliotecas universitárias disponíveis *on-line*. São eles:

- <http://www.dedalus.usp.br> (Base de dados da biblioteca da Universidade de São Paulo - USP);
- <http://dewey.unicamp.br:8000/cgi-bin/gw48035/chameleon> (Base de dados da biblioteca da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP);
- <http://www.servicoscapes.gov.br> (Banco de teses do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES); e

- <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F?RN=523317583> (Base de dados da biblioteca da Universidade Estadual paulista - UNESP).

Após consultar o banco de teses e as bases de dados *on-line* mencionados, será feita consulta em bases de dados especificamente de periódicos científicos, em especial a base *Scielo* (*Scientific Electronic Library On-line*), na qual consultarei os periódicos considerados como mais representativos do campo educacional brasileiro e ter acesso a todos os números dos seguintes periódicos:

- *Cadernos CEDES* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Universidade Estadual de Campinas);
- *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas, São Paulo);
- *Ciência & Educação* (Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência — Faculdade de Ciências, UNESP - Campus de Bauru);
- *Educação em Revista* (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais);
- *Educar em revista* (Universidade Federal do Paraná);
- *Educação e Pesquisa* (Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo);
- *Educação & Sociedade* (Centro de Estudos Educação e Sociedade - Universidade Estadual de Campinas);
- *Educação: teoria e prática* (Departamento de Educação do Instituto de Biociências, UNESP - Campus de Rio Claro);
- *Revista Brasileira de Educação* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED);
- *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira - INEP);
- *Revista da Faculdade de Educação da USP* (Universidade de São Paulo).

Serão consultados, também, outros periódicos, que poderão ser localizados na Internet, no Setor de Periódicos da Biblioteca da FFC-Unesp-Marília:

- *Revista Didática* (Departamento de Didática — Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Campus de Marília);
- *Revista de Iniciação Científica da FFC* (Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Campus de Marília).

Após, será elaborado uma “nova repartição cultural”, segundo De Certeau (1979),

intitulado “Referências de estudos e pesquisas sobre gênero na Educação Infantil, à luz da produção acadêmico-científica sobre a atuação dos professores e professoras para as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil, com os seguintes aspectos:

- Títulos, resumos informados pelos autores, palavras-chave, objetivos, material, método e procedimentos de análise adotados e principais considerações finais ou conclusões das pesquisas.

3) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a elaboração deste projeto, pautei-me num quadro teórico constituído pelas formulações de Freire (2015), Stoller (1993) e Pinto (2015). O questionamento motivador da pesquisa surgiu a partir das preocupações de Freire (2015), quanto às questões do acolhimento à diversidade na escola

Como mencionado, com base em Freire (2014), o oprimido não deve se tornar opressor, mas deve, em primeira instância, libertar de si mesmo e do opressor, pois, sobretudo esse último, o explora, o violenta, verbal e fisicamente, desumanizando o oprimido, não contribuindo com seu desenvolvimento de indivíduo pleno.

A humanidade assim citada pelo o autor, só é recuperada quando o oprimido não é mais violentado, explorado, insultado pelo o opressor. Porém, para ocorrer à libertação de ambos, o oprimido precisa ter forças e lutar por igualdade e justiça. Lembrando que o opressor é desumanizado da mesma forma que o oprimido é.

Há existência de opressores que se arrependem e tentam transformar suas atitudes opressoras. Porém, mal sabem eles que apenas se tornarão falsos generosos. Segundo Freire (2014, p. 41-42) “Os opressores falsamente generosos, têm necessidade para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça”, ou seja, o opressor que releva suas agressões distintas diante ao oprimido, jamais deixará de ser opressor, ele será um falso generoso, criando um falso amor pelo oprimido.

A opressão é cruel, podendo começar com a força maior da escola, até com os colegas de sala; a falsa generosidade deve se tornar verdadeira e para que ela se torne verdadeira, deve acabar com a ideia do falso amor, da covardia estendida pelos opressores.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária [...] (FREIRE, 2004, p.30).

Percebe-se a importância do respeito que o professor e a professora devem ter com

o e a educanda, para que não sejam mais um e uma oprimida e ainda permitir que levem para as aulas realidades comunitárias vividas diariamente, onde há falta de saneamento básico, doenças são mais intensas, observações de injustiça presenciadas principalmente por aquele(a)s que vivem nas áreas periféricas das cidades na qual crianças convivem com tiroteios, mortes por invasões policiais e disputa por territórios pelo comando do tráfico.

Destaca-se que a escola da infância deve ter com as crianças um contato direto, uma intimidade acentuada, juntando a teoria com a prática, assim como Karl Marx acreditava, juntando a estrutura curricular com o empirismo social das crianças.

Utilizar a política curricular das crianças para que possam tirar suas conclusões pode ser um fator importante na humanização do oprimido (a), para que aprendam e operem em comunhão. O professor e a professora não devem desmistificar a criança, desrespeitar e muito menos ensiná-las a serem onipotentes, pois isso acarretará futuramente em exclusão no meio de trabalho.

Modos de exclusão podem acontecer em diversos ambientes, no escolar salientaremos sobre a comunidade LGBTQIA+ e sua influência no desenvolvimento de aprendizagem. Muitas dessas exclusões são por deficiência de informação sobre diferença de conceito de sexo e gênero. Nesse sentido, Stoller (1993, p. 21 *apud* PINTO, 2015, p. 73) afirma que: “[...] sexo diz respeito aos aspectos biológicos, à consciência do sexo a que se pertence biologicamente, definindo o macho e à fêmea; o gênero vai dizer respeito aos aspectos culturais e individuais dessa consciência, definindo o masculino e o feminino”.

Em sua pesquisa, Stoller (1993) ressalta aspectos sobre a identidade sexual e identidade de gênero. Também Pinto (2015, p.73) afirma que “a identidade sexual é constituída pela identidade de sexo e pela identidade de gênero”. Dessa forma o autor explicita que a identidade de gênero se constrói a partir do que o indivíduo sente sobre sua feminilidade ou masculinidade, mediante a cultura na qual o indivíduo está inserido, em que está imposto os atributos do feminino e do masculino.

Em consonância com os estudos de Pinto (2015, p. 73-74), o gênero é um conceito cultural construído devido às diferenças biológicas entre os sexos, sendo travada uma luta para combater os preconceitos, discriminações e estigmas, para que a sociedade saiba respeitar as diferenças da comunidade LGBTQIA+.

Esses preconceitos precisam de um trabalho preventivo diante aos estereótipos de gênero para que as violências sejam minimizadas, até serem extintas. A escola deve fazer seu papel. Portanto, há de se tomar cuidado com atitudes ligadas ao tema e que não fomentem

uma “hierarquização de diferenças” (PINTO, 2015, p.74). Os comportamentos femininos e masculinos têm que ser determinados não somente biologicamente falando, pois, os padrões culturais das sociedades é um grande fator a ser considerado.

O desenvolvimento dos sistemas modernos não pode ser separado de uma evolução para classes menos numerosas e mais homogêneas do ponto de vista dos alunos, de seu nível escolar e, às vezes, também de sua origem social, étnica ou confessional. Apesar dessa evolução, subsiste uma certa heterogeneidade em cada grupo-classe. (PERRENOUD, 2007, p.61).

A homogeneidade no sistema de ensino é desesperadora, pois a diversidade dentro da sala de aula é incomensurável, a pedagogia aplicada pelo educador e educadora deve ser diferenciada, pois o mesmo se dará com pessoas de todos os jeitos, enfatizando alunos (as) da comunidade LGBTQIA+, onde é ampla a resistência para a educação por parte da escola.

Alunos (as) pertencentes à comunidade LGBTQIA+ sofrem repressões em todos os locais e todos os dias, acarretando problemas absurdos como: exclusão do vínculo social, depressão com consequência de suicídio. A escola tem ensinado os alunos de uma forma mecânica, retardando a educação transformadora/libertadora que deveria ser.

A anatomia dos seres vivos é complexa, a humana principalmente, para que os professores consigam ministrar aulas para LGBTQIA+s+ e qualquer outro grupo é necessário estudar biologia para entenderem as questões de gênero e sexualidade, onde muitos não entendem e são conservadores e desumanos ao ponto de excluírem alunos, afirmando que a sua sexualidade e gênero é consequência por ausência de pai ou mãe, ou por terem brinquedos de tal cor, limitando e dividindo brincadeiras de homem e mulher. Isso soa como algo absurdamente revoltante, pois essas palavras são dirigidas diretamente para crianças inocentes. Cores são simplesmente cores, brinquedos são brinquedos, não devendo haver uma limitação e preconceito desenfreado sobre esse assunto.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 2014, p.108).

Como mencionado por Freire (2014), em *Pedagogia do Oprimido*, a palavra, ao ser pronunciada, torna-se extremamente importante, sendo ela falsa ou verdadeira. As falsas palavras sempre estiveram presentes na humanidade, ou seja, para conseguir um emprego, para se livrar de alguma atitude inconveniente, e até mesmo para cometer agressões psicológicas. Já as verdadeiras palavras são de total importância para transformar

o mundo, são fundamentais para vivermos em uma sociedade mais justa e parcial. Porém, há muitas pessoas que vivem silenciosamente. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2014, p.108), reforçando a importância da palavra para a transformação, pois o silêncio arreda as pessoas.

Os opressores procuram pessoas tímidas, silenciosas e fracas emocionalmente para cometer as diversas opressões contra as pessoas que são da comunidade LGBTQIA+, pelo fato de sofrer mais e falar menos. O oprimido pode se libertar do opressor, a partir do momento em que ele começar a enfrentá-lo, denunciando o mesmo para alguma entidade. Assim confirmando a teoria realizada por Paulo Freire, no qual a palavra, o trabalho e a ação podem mudar a vida de muitas pessoas oprimidas, e até mesmo dos opressores.

A diversidade do grupo determina as intervenções do professor como animador, preocupado em não deixar essa diversidade travar o bom funcionamento do conjunto. Também podemos observar o professor como ator no grupo, separado de cada aluno por uma distância estatutária à qual se acrescenta uma distância pessoal e cultural que varia de um aluno para outro. Ao contrário dos seus alunos, o professor já vivenciou uma carreira escolar inteira e, depois disso, uma vida adulta mais ou menos longa; portanto, dispõe de antemão de uma experiência mais vasta e, em princípio, de esquemas de comunicação mais diferenciados que os outros membros do grupo-classe. Sua formação também o preparou, mais ou menos eficazmente para defrontar-se com diversos tipos de criança. (PERRENOUD, 2007, p.78).

Vimos acima a importância de haver intervenções artísticas/culturais nas salas de aulas, pois através dela podemos incluir um número maior possível de alunos oprimidos, fazendo com que os mesmos percamos a timidez, aprendam a trabalhar em grupo e saibam se posicionar perante a sociedade.

Como relatado por Perrenoud, o professor foi preparado em sua formação acadêmica para enfrentar distintos tipos de criança e dentro da sala de aula ele é superior em questão de conhecimento e comunicação. Sendo ideal repassar todo seu preparo estudantil e sua visão de mundo para os seus alunos, sem usar artifícios de manipulação. Mostrar como a cultura funciona no Brasil e como ela é administrada pelos governantes desse país tropical é fundamental para que haja uma luta contra a desvalorização da cultura e a valorização gigantesca do judiciário/empresário.

A cultura é transformadora, em evidência o teatro e a dança, que aceitam pessoas independentemente da sua classe social, condição sexual, etnia e etc. Servindo de um grande refúgio por oprimidos da comunidade LGBTQIA+, onde cada um pode ser do jeito

que é, sem ter que se auto oprimir para fingir ser uma pessoa que não é para agradar a massa preconceituosa ou por medo de sofrer agressões psicológicas e físicas de LGBTQIAfóbicos.

É essencial os professores ministrarem suas aulas de acordo com a sua formação acadêmica, sabendo respeitar a diversidade dos alunos nas salas de aulas. “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é o problema que não pode ser desprezado” (FREIRE, 2004, p. 41-42), os fatores que devem ocorrer nas salas de aulas estão explicitamente explicados na citação do autor Freire, no qual enfatiza a importância de haver cultura nas salas de aulas para haver uma educação progressista, onde os alunos terão o poder de transformar a própria vida, consequentemente sua comunidade e sociedade, mostrando os perigos que a opressão traz aos oprimidos, por causa de um único e sólido fator sendo ela a não aceitação das diferenças dos seres humanos, querendo que todos sejam iguais, em questão de etnia, condição sexual e classe social.

No que diz respeito à sexualidade humana, essa inserção em um mundo pré-fabricado, e a consequente aquisição do “fundo de conhecimentos à mão”, é feita principalmente através da família, como já vimos, mas é importante ressaltar que muitos outros agentes sociais e milhares de estímulos farão parte desse processo. Todas as pessoas (e, de modo semelhante, todas as instituições) com quem convivemos – independentemente da idade, algumas com mais força e poder de influência que outras – ao exercerem sua sexualidade sugerem comportamentos, transmitem ideias, tabus, conceitos e preconceitos que se incorporam à educação sexual que vai sendo construída socialmente. (PINTO, 2015, p.27).

A sexualidade e a educação caminham juntas. Porém, a cultura no qual o indivíduo estará inserido determinará vários fatores, “Além disso, a educação sexual é uma parte da educação que busca propiciar a inserção da pessoa na sociedade a qual pertence” (PINTO, 2015, p. 26), sendo eficaz a junção da educação sexual com a educação básica, para que as pessoas possam se inserir na sociedade de uma maneira mais justa, onde iriam saber siglas relacionadas à educação sexual, seus direitos e deveres, as leis nos estatutos no qual garante a integridade da pessoa independente da sua condição sexual.

Ainda que o Brasil tenha evoluído em questões relacionadas aos direitos das pessoas e da liberdade, ocorrem muitos tabus relacionados aos direitos das pessoas, inclusive pessoas negras, LGBTQIA's+ e as mulheres, no qual se debatem com o preconceito e machismo frequentemente.

Ademais, é importante entender a criança como agente transformador e os seus direitos fundamentais, em consonância com Lima (2022), é fundamental que os direitos fundamentais das crianças sejam assegurados, o cuidado e as ações educacionais são primordiais para que os direitos sejam garantidos, pois reconhecer a criança nesse aspecto “pode alicerçar contextos pedagógicos em que ela é agente das situações vividas na EEI, legitimando suas positivities e possibilidades de atuação autônoma, iniciativa, exploração e criação” (LIMA, 2022, p. 5).

Por todo exposto, parece grande a necessidade de que os professores em formação na universidade e em atuação nas escolas de Educação Infantil possam apropriar-se de elementos teóricos metodológicos para uma docência que contemplem as questões de identidade de gênero, desde a mais tenra idade.

4) OBJETIVOS

Objetivo Geral: Identificar, analisar e interpretar aspectos da formação inicial de professores nas universidades e de sua atuação nos espaços escolares, em busca dos limites e possibilidades para a promoção de uma educação para as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil.

Objetivos Específicos:

- Sobre as questões de gênero, analisar e compreender aspectos de:
 - Documentos legais produzidos pela e para a formação e atuação de professores da Educação Infantil no Brasil, considerando a temática central;
 - Trabalho pedagógico realizado nas escolas de Educação Infantil no Brasil, considerando as especificidades da produção acadêmico-científica sobre a criança na Educação Infantil, sobretudo quanto às especificidades e os direitos da criança, visando ao trabalho nos vários espaços e considerando a cultura pedagógica dessas e para essas escolas;
 - Relações entre sociedade e escola, considerando as especificidades da produção acadêmico-científica sobre a criança na Educação Infantil;
 - Concepções de professores/as sobre a temática em foco;
 - Perspectivas para o desenvolvimento das escolas de Educação

Infantil, sobretudo quanto às especificidades voltadas ao trabalho nos vários espaços e considerando a cultura pedagógica desses espaços

Forma de análise dos resultados

Para a realização da etapa de análise dos resultados será realizado um trabalho de tematização dos dados e informações, observando os seguintes aspectos: palavras-chave, objetivos, material, método, procedimentos de análise adotados, resumos informados pelos autores desses estudos e pesquisas e, finalmente, considerações finais ou conclusões desses estudos e pesquisas.

A tematização é a classificação dos dados e informações de dado objeto de investigação, com critérios estabelecidos, segundo a frequência com que esses dados e informações aparecerão nas buscas realizadas. Tal sistema de tematização nos parece suficiente em vista dos objetivos da pesquisa.

Finalmente realizaremos uma análise centrada na articulação entre os dados e informações tematizadas, em busca de possíveis inferências e, enfim, da compreensão dos aspectos que remetem ao alcance dos objetivos da pesquisa.

5) CONCLUSÃO

Espera-se que após a reunião, sistematização e as análises dos documentos legais e das entrevistas semiestruturadas realizadas, os objetivos delineados sejam alcançados a fim de uma educação que promova uma educação libertadora, portanto, que visa uma educação para às questões de gênero na Educação Infantil, entretanto, como está o engajamento dos professores, das escolas e das secretarias de educação no que tange a Educação Sexual com crianças de zero a seis anos de idade.

6) ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Semestre									
Atividade	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	

cumprimento de créditos em disciplinas junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – doutorado;	X	X	X					
complementação e revisão bibliográfica de pesquisa;	X	X	X					
leitura da bibliografia selecionada;	X	X	X	X	X	X		
análise – historiográfica – da bibliografia selecionada;				X	X	X		
elaboração de artigos e textos completos para apresentação em eventos científicos;		X		X		X		X
elaboração de relatórios científicos parciais e finais;		X		X		X		X
redação de texto geral para exame de qualificação;				X	X			
redação da versão final da tese de doutorado; e						X	X	X
defesa pública da tese.								X

6) REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 209 p.

COSTA, Áurea de Carvalho; FROLLINI, Isabela Basso. O gênero e a sexualidade na Base Nacional Comum Curricular. *In*: BICCAS, Maurilane de Souza (Edit). **ANAIS DO EVENTO SEMINÁRIO INTERNACIONAL ANO 100 COM PAULO FREIRE: TEMPOS, ESPAÇOS, MEMÓRIAS, DISCURSOS E PRÁTICAS**. São Paulo, FEUSP, 06/09/2021 a 10/09/2021.

DE CERTEAU, M. A operação histórica. *In*: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História: novos problemas**. 2. ed. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 192 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p.

LIMA, Elieuzza Aparecida de. **Direitos fundamentais da infância e atividade de professores e crianças na Educação Infantil**. Artigo. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na Escola das Diferenças; Fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 230 p.

PINTO, Ênio Brito. **Orientação sexual**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015. 204 p.

SANTOS, Luciane Carreiro Jorge; COSTA, Áurea de Carvalho. Os debates de gênero e de opressão feminina na produção acadêmica: o caso do GT 23 da Anped. *In*: BICCAS, Maurilane de Souza (Edit). **ANAIS DO EVENTO SEMINÁRIO INTERNACIONAL ANO 100 COM PAULO FREIRE: TEMPOS, ESPAÇOS, MEMÓRIAS, DISCURSOS E PRÁTICAS**. São Paulo, FEUSP, 06/09/2021 a 10/09/2021.